

CONCURSO PÚBLICO
SALGUEIRO - G.2 - AGENTE DE TRÂNSITO



AGENTE DE TRÂNSITO

INSTITUTO
igeduc
CONCURSOS E SELEÇÕES COM INTEGRIDADE

100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
 - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
 - Nos itens que avaliam conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.
-

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(de 1 a 70)**

Julgue os itens a seguir.

01. A Resolução CONTRAN nº 920/2022 estabelece que os sistemas automáticos não metrológicos de fiscalização não necessitam da presença da autoridade de trânsito no local da infração para os tipos fixo ou estático.
02. O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 assegura o direito de herança, garantindo que a transferência de bens e patrimônios para os herdeiros seja protegida juridicamente, com o intuito de preservar a continuidade do bem-estar econômico e a estabilidade financeira das famílias, além de reforçar a segurança jurídica nas relações sucessórias e patrimoniais entre gerações.
03. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estabelece que dados pessoais somente podem ser coletados com o consentimento explícito do titular, exceto em casos previstos por lei, como para a proteção da vida ou para cumprimento de obrigação legal pelo controlador.
04. De acordo com a Constituição Federal, a extradição de brasileiros natos é plenamente autorizada sob qualquer circunstância, possibilitando que cidadãos brasileiros sejam entregues a jurisdições estrangeiras, independentemente das diferenças nos sistemas judiciais e da potencial inadequação das garantias de direitos humanos em comparação com os padrões estabelecidos pela legislação brasileira.
05. Os sistemas automáticos não metrológicos devem ter seus modelos avaliados pelo INMETRO ou por entidade acreditada por ele, conforme determinado pela Resolução CONTRAN nº 920/2022.
06. Os tratados internacionais sobre direitos humanos são equivalentes às leis ordinárias contraria o Artigo 5º, § 3º da Constituição Federal do Brasil, que determina que tais tratados, aprovados em dois turnos por três quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, são equivalentes às emendas constitucionais.
07. Armazenar pequenas quantidades de líquidos inflamáveis no compartimento do motor é considerado seguro, contanto que estejam acondicionados em recipientes hermeticamente selados e posicionados a uma distância adequada de fontes de calor e componentes elétricos, minimizando assim o risco de combustão acidental e garantindo a segurança veicular.
08. Ao detectar um incêndio em seu veículo, é crucial desligar imediatamente o carro e utilizar um extintor de incêndio, após abrir uma pequena fresta no capô, para combater as chamas antes de se tornarem incontroláveis e causarem danos maiores ou mesmo uma explosão.
09. A manutenção focada exclusivamente no sistema de combustível é amplamente considerada suficiente para prevenir incêndios em veículos, eliminando a necessidade de inspeções regulares de outros componentes críticos, como o sistema elétrico, mangueiras e conexões, que poderiam ser negligenciados sem comprometer a segurança veicular.
10. O tratamento de dados pessoais por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos é uma das hipóteses em que a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) não se aplica, conforme previsto na lei.
11. Em um cenário de acidente de trânsito, é importante que o socorrista avalie a segurança da cena antes de se aproximar das vítimas. Essa avaliação deve incluir a identificação de possíveis riscos adicionais, como a presença de fogo, tráfego intenso, derramamento de líquidos inflamáveis ou fios elétricos expostos, que possam comprometer não apenas a integridade física do socorrista, mas também a segurança das vítimas e a eficácia das operações de resgate subsequentes.
12. Qualquer testemunha de um acidente de trânsito pode realizar manobras de reanimação cardiopulmonar (RCP) em uma vítima que parece não estar respirando, sem necessidade de treinamento prévio.
13. Após a publicação da Resolução nº 973/2022, as entidades de trânsito têm até o final do mesmo ano para conformar todas as sinalizações existentes aos novos padrões.

14. O artigo 5º da Constituição Federal do Brasil estipula que todos os indivíduos são iguais perante a lei, assegurando a igualdade de direitos e liberdades, sem qualquer forma de discriminação ou distinção baseada em critérios como raça, gênero, religião ou qualquer outra natureza.
15. A Lei n.º 9.503, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, determina que a fiscalização do trânsito em áreas rurais seja de competência exclusiva dos municípios, sem a necessidade de coordenação ou integração com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, como o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) e as Polícias Rodoviária Federal e Militar.
16. A Constituição Federal, em seu Artigo 5º, inciso XXV, estipula que o Estado pode utilizar propriedade particular apenas em caso de iminente perigo público, garantindo indenização ulterior se houver dano.
17. O armazenamento de isqueiros e cigarros no interior do veículo, desde que feitos de maneira adequada e afastados de fontes de calor direto como a luz solar ou componentes elétricos, é considerado seguro e não contribui de forma significativa para o risco de incêndios veiculares, minimizando assim as preocupações relacionadas a esses itens inflamáveis.
18. A Constituição Federal do Brasil autoriza o uso de penas de banimento como método punitivo para crimes específicos, em conformidade com os princípios de direitos humanos fundamentais estabelecidos nacionalmente.
19. A Resolução CONTRAN nº 940/2022 estipula que a obrigatoriedade do uso de capacete se estende também aos ocupantes de triciclos e quadriciclos que possuem cabine fechada. Essa medida visa a aumentar a segurança e proteção dos passageiros e condutores desses veículos em caso de acidentes ou colisões.
20. A presença de um kit de primeiros socorros devidamente equipado, contendo itens essenciais como gaze estéril, algodão hidrófilo, tesoura de ponta arredondada, luvas descartáveis e outros materiais básicos, é fundamental para garantir a prontidão e a capacidade de resposta adequada em situações de emergência no trânsito, possibilitando intervenções iniciais eficazes que podem ser vitais para a estabilização das vítimas até a chegada dos serviços médicos profissionais.
21. Na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o titular dos dados tem o direito de solicitar a revisão de decisões tomadas com base em tratamento automatizado de dados, que afetem seus interesses pessoais, profissionais ou comerciais.
22. Na resolução nº 973/2022, o Regulamento de Sinalização Viária abrange sinalizações temporárias e ciclovias, incluídas nos volumes VII e VIII do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito.
23. Na Lei n.º 9.503, o Sistema Nacional de Trânsito é constituído por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluindo o CONTRAN, DENATRAN, DETRANs, CETRANs, JARI, entre outros.
24. Dados pessoais anonimizados, segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), podem ser tratados para qualquer finalidade, uma vez que não são considerados dados pessoais, independentemente das circunstâncias de tratamento e das técnicas utilizadas.
25. No Código de Trânsito Brasileiro, a Lei n.º 9.503 estabelece que a responsabilidade pela promoção de condições seguras de trânsito é um privilégio reservado exclusivamente aos condutores de veículos automotores, excluindo, portanto, os pedestres, ciclistas e demais usuários não motorizados das vias públicas dessa garantia legal de segurança viária.
26. A Resolução nº 973/2022 estabelece que a sinalização de cruzamentos rodoferroviários não está abrangida pelas normas e diretrizes prescritas pelo Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, permitindo assim que esses cruzamentos sejam sinalizados de acordo com critérios locais, independentemente dos padrões nacionais de segurança viária.
27. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) é aplicável apenas a empresas privadas que operam dentro do território brasileiro, excluindo-se as instituições públicas e as empresas que operam exclusivamente no exterior.
28. A Resolução CONTRAN nº 920/2022 permite que os órgãos de trânsito podem implantar sinalização experimental sem autorização prévia do órgão máximo executivo de trânsito da União, desde que apresentem um relatório detalhado sobre a segurança e eficácia da sinalização após a implementação.
29. De acordo com a Resolução CONTRAN nº 940/2022, é obrigatório que todos os capacetes destinados ao uso motociclístico sejam devidamente certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), assegurando que tais equipamentos atendam aos rigorosos padrões de segurança e proteção estabelecidos pelas normativas técnicas vigentes, a fim de garantir a integridade física dos usuários em situações de trânsito.
30. De acordo com o Art. 17 da Lei nº 9.503, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI) são incumbidas de julgar os recursos interpostos contra as penalidades aplicadas por infrações de trânsito, desempenhando um papel fundamental na garantia dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, ao analisar minuciosamente cada caso apresentado.
31. Os dados anonimizados, que não podem mais ser associados ao titular a partir dos meios utilizados para sua anonimização, não são considerados dados pessoais segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a menos que o processo de anonimização seja reversível.
32. A Resolução CONTRAN nº 973/2022 isenta completamente os órgãos locais de trânsito da obrigação de seguir os padrões e diretrizes estabelecidos nos volumes do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, permitindo que cada município adote livremente suas próprias normas de sinalização viária sem a necessidade de conformidade com as regulamentações nacionais padronizadas.

33. Conforme as disposições da Resolução CONTRAN nº 920/2022, a instalação de sistemas automáticos de fiscalização de trânsito, como radares e câmeras de monitoramento, pode ser realizada sem a necessidade de sinalização permanente no local, permitindo que os dispositivos sejam ocultos ou instalados de maneira que não exija aviso prévio aos condutores, dispensando os requisitos de transparência usualmente aplicáveis.
34. O armazenamento de líquidos inflamáveis no compartimento do motor ou em proximidade de sistemas elétricos, embora algumas vezes considerado prático para certos usuários, é uma prática altamente desaconselhável e extremamente perigosa, pois eleva consideravelmente o risco de incêndios veiculares devido à combinação de altas temperaturas e possíveis faíscas.
35. A Constituição brasileira estabelece a soberania como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, significando que o Brasil possui completa autonomia para tomar decisões internas e externas sem a interferência de outros Estados.
36. Empregar água para extinguir incêndios em veículos, particularmente os que se originam no compartimento do motor ou que envolvem líquidos inflamáveis, é amplamente considerado seguro e eficaz devido à sua capacidade de resfriamento e de rápida contenção das chamas, tornando-a uma prática recomendada em tais emergências.
37. Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o consentimento para o tratamento de dados pessoais pode ser dado de maneira tácita, contanto que o titular dos dados esteja ciente da finalidade do tratamento.
38. Segundo a Resolução CONTRAN nº 973/2022, todas as soluções de Engenharia de Tráfego e Sinalização implementadas antes de 1º de agosto de 2022 não precisam ser adequadas às novas especificações até 2025.
39. No Art. 7º da Lei nº 9.503, o CONTRAN é o órgão máximo normativo e consultivo do Sistema Nacional de Trânsito, tendo a responsabilidade de estabelecer as normas regulamentares referentes ao Código de Trânsito Brasileiro.
40. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), controladores e operadores têm a permissão irrestrita de compartilhar dados pessoais de indivíduos sem a necessidade de obtenção de consentimento prévio dos titulares, sempre que o compartilhamento for justificado pelo interesse público, dispensando a necessidade de observância das demais disposições legais sobre proteção e segurança de dados, incluindo aquelas relativas a finalidades específicas, transparência e minimização do tratamento de dados.
41. O artigo 5º, inciso XLVII, da Constituição Federal do Brasil, proíbe categoricamente a imposição de penas de caráter perpétuo, refletindo os valores fundamentais da sociedade brasileira e seu compromisso inabalável com os direitos humanos, a dignidade da pessoa humana e a perspectiva de reintegração social dos condenados, princípios esses que orientam a política penal e a administração da justiça criminal no país.
42. Conforme estipula o Artigo 5º, inciso XII, da Constituição Federal do Brasil o sigilo da correspondência não é inviolável e pode ser quebrado por ordem judicial. Qualquer autoridade pública pode quebrar esse sigilo sem ordem judicial.
43. Conforme as disposições estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro, Lei n.º 9.503, veículos de tração animal e bicicletas estão completamente isentos de seguir quaisquer regulamentações ou normas de segurança específicas impostas pelo código, incluindo requisitos de circulação, sinalização e equipamento de segurança, independentemente das condições de tráfego e da via.
44. A Resolução CONTRAN nº 973/2022 permite que a sinalização de trânsito experimental seja utilizada por tempo indeterminado, sem a necessidade de um período prefixado definido pelo órgão máximo executivo de trânsito da União.
45. A realização periódica de revisões veiculares detalhadas por um mecânico de confiança, abrangendo minuciosas inspeções do sistema elétrico, do sistema de combustível e de outros componentes críticos, constitui uma medida preventiva fundamental e indispensável para mitigar os riscos de incêndios em veículos durante o trânsito, garantindo assim a segurança dos ocupantes e a integridade do veículo.
46. Sinalizações experimentais podem ser submetidas ao CONTRAN para avaliação e uso temporário, conforme procedimentos detalhados na Resolução nº 973/2022.
47. Conforme a Resolução nº 940/2022 do CONTRAN, ao conduzir motocicletas, é imperativo o uso de viseira no capacete ou óculos de proteção específicos, sendo expressamente vedado o uso exclusivo de óculos de sol como equipamento de segurança, uma vez que tais óculos não oferecem a proteção integral requerida contra impactos, partículas e outros riscos inerentes à condução em vias públicas.
48. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) aplica-se a qualquer operação de tratamento de dados realizada em território nacional, independentemente do país de sede da pessoa jurídica ou de onde estejam localizados os dados, desde que a operação de tratamento seja realizada no território nacional.
49. Em uma cena de acidente de trânsito, é necessário que o socorrista tome medidas imediatas para sinalizar adequadamente o local do acidente antes de prestar qualquer auxílio direto às vítimas. Isso inclui o posicionamento estratégico do triângulo de sinalização a uma distância segura e a ativação das luzes de alerta do veículo, visando alertar outros motoristas e prevenir a ocorrência de novos acidentes, garantindo assim um ambiente seguro para a realização dos procedimentos de socorro.
50. Conforme as disposições estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro, Lei n.º 9.503, veículos de tração animal e bicicletas estão completamente isentos de seguir quaisquer regulamentações ou normas de segurança específicas impostas pelo código, incluindo requisitos de circulação, sinalização e equipamento de segurança, independentemente das condições de tráfego e da via.

51. Conforme o Art. 02, da Lei nº 9.503, todas as vias terrestres urbanas e rurais, incluindo ruas, avenidas, logradouros, caminhos, estradas e rodovias, são regulamentadas pelo Código de Trânsito Brasileiro e têm seu uso regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas.
52. O Código de Trânsito Brasileiro, Lei n.º 9.503, sugere que o Contran pode deliberar normas de trânsito sem qualquer período de consulta pública ou avaliação pelos seus membros.
53. A Resolução CONTRAN nº 920/2022 revogou as Resoluções nº 165 de 2004, nº 174 de 2005 e nº 458 de 2013, atualizando o marco regulatório dos sistemas de fiscalização.
54. Quando um incêndio no motor é detectado, abrir completamente o capô do veículo é considerado uma prática segura e eficaz, pois isso proporciona um acesso mais direto ao foco das chamas e facilita a extinção rápida do fogo utilizando um extintor, garantindo assim a segurança e minimizando danos ao veículo.
55. No artigo 4º da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil conduz suas relações internacionais com base em vários princípios, entre os quais se destaca a prevalência dos direitos humanos, obrigando-se a adotar uma postura diplomática que privilegie a defesa e promoção dos direitos fundamentais, bem como a cooperação internacional para a proteção desses direitos, reafirmando seu compromisso com a dignidade humana e os valores democráticos nas interações globais.
56. Imediatamente após um acidente de trânsito, é apropriado mover a vítima para um local seguro sem considerar possíveis lesões internas ou fraturas, desconsiderando os protocolos médicos que recomendam imobilização e cuidados específicos para evitar agravar lesões ocultas, sob a justificativa de evitar riscos secundários presentes no local do acidente.
57. Conforme estabelecido pelo Código de Trânsito Brasileiro, Lei n.º 9.503, o direito ao trânsito em condições seguras é universal e inalienável para todos os cidadãos, impondo às diversas entidades que integram o Sistema Nacional de Trânsito a obrigação incontestável de implementar e fiscalizar medidas eficazes e abrangentes de segurança viária, visando a mitigação de riscos e a prevenção de acidentes em todos os contextos de circulação.
58. O artigo 2º da Constituição Federal declara que os Poderes da União (Executivo, Legislativo e Judiciário) são dependentes entre si para garantir a eficácia governamental é incorreta. Na verdade, o referido artigo estabelece que são independentes e harmônicos entre si.
59. A Resolução CONTRAN nº 973/2022 estabelece que toda nova sinalização implementada deve seguir o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, garantindo padronização nacional.
60. Capacetes com numeração superior a 64 estão dispensados da certificação compulsória quando adquiridos no exterior, segundo a Resolução nº 940/2022.
61. A instalação de detectores de incêndio em veículos é uma medida preventiva recomendada para identificar precocemente a ocorrência de incêndios, permitindo intervenções rápidas que podem evitar danos significativos ao veículo e garantir a segurança dos ocupantes.
62. De acordo com as disposições da Lei n.º 9.503, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, todas as entidades que compõem o Sistema Nacional de Trânsito, incluindo o CONTRAN, DENATRAN, DETRANs e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI), estão isentas de qualquer responsabilidade por danos materiais ou morais causados aos cidadãos decorrentes de falhas, omissões ou erros na execução de programas, políticas ou ações de trânsito, independentemente da gravidade dos prejuízos ocasionados.
63. Em situações de emergência decorrentes de acidentes de trânsito, a manutenção da calma e a realização de respirações profundas antes de iniciar os procedimentos de primeiros socorros são cruciais, pois facilitam uma avaliação mais precisa e racional do cenário, permitindo a tomada de decisões seguras e eficazes para prestar o devido auxílio às vítimas, aumentando significativamente as chances de um atendimento adequado e minimizando riscos adicionais.
64. Impossibilitar a passagem aos veículos precedidos de batedores, de socorro de incêndio e salvamento, de polícia, de operação e fiscalização de trânsito e às ambulâncias, quando em serviço de urgência e devidamente identificados, é infração média.
65. No contexto da prestação de primeiros socorros em acidentes de trânsito, é estritamente proibido administrar qualquer tipo de substância à vítima, incluindo água, alimentos ou medicamentos, sem a devida autorização médica, para prevenir potenciais reações adversas, como alergias, choque anafilático ou complicações respiratórias, que possam agravar ainda mais o estado de saúde do acidentado e comprometer os esforços de resgate.
66. A Resolução nº 940/2022 permite que os motociclistas utilizem capacetes desprovidos de dispositivos retrorrefletivos de segurança em quaisquer circunstâncias, incluindo a condução noturna e em condições de baixa visibilidade, isentando-os da obrigatoriedade de utilizar elementos que aumentem a visibilidade e a segurança durante suas atividades diárias.
67. Na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), não existe previsão para que o titular dos dados possa solicitar a revisão de decisões tomadas com base em tratamento automatizado de dados que afetem seus interesses.
68. O pluralismo político, consagrado como um dos pilares fundamentais da República Federativa do Brasil, no artigo 1º da Constituição, estabelece o reconhecimento e a valorização intrínseca da diversidade de opiniões, crenças e ideologias presentes na sociedade, promovendo um ambiente democrático que assegura a coexistência harmoniosa e o respeito às diferentes correntes de pensamento político e social.

69. Em situações de acidente de trânsito com múltiplas vítimas, é aconselhável que indivíduos sem treinamento em primeiros socorros priorizem imediatamente o transporte de todas as vítimas ao hospital mais próximo, sem considerar a gravidade de seus ferimentos ou a necessidade de estabilização prévia, ignorando protocolos de triagem e atendimento emergencial adequados.
70. Aplicar um torniquete é uma medida segura que qualquer pessoa pode realizar em uma vítima de acidente de trânsito que esteja com hemorragia severa, para evitar perda excessiva de sangue.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens a seguir.

71. Um antivírus atua como um escudo contra acessos não autorizados. Enquanto estiver em funcionamento, qualquer tentativa de acesso remoto sem autorização deve atravessar essa proteção primeiro. Quando uma tentativa desse tipo é identificada, o programa interrompe imediatamente o acesso, protegendo seus dados contra intrusos.
72. O armazenamento em nuvem utiliza servidores remotos para guardar uma variedade de dados, incluindo arquivos, dados empresariais, vídeos e imagens. Os usuários carregam seus dados para esses servidores por meio de uma conexão com a Internet, onde são armazenados em máquinas virtuais dentro de servidores físicos. Para garantir disponibilidade e redundância, os provedores de nuvem distribuem os dados por diversas máquinas virtuais em data centers ao redor do mundo. Se a demanda de armazenamento aumentar, mais máquinas virtuais são ativadas para lidar com a carga. Os usuários podem acessar seus dados no armazenamento em nuvem por meio de uma variedade de interfaces, como portais web, navegadores ou aplicativos para dispositivos móveis, utilizando uma interface de programação de aplicativos (API). O armazenamento em nuvem está disponível em quatro modelos diferentes.
73. A oração "a não ser que eu saiba que a fonte é confiável" estabelece uma condição de hipótese, sendo classificada como uma oração subordinada adverbial condicional.
74. Nas frases "Ele vivia em um mundo cego de injustiças" e "A justiça às vezes parece ser cega" é correto afirmar que a palavra "cego" assume a função de adjetivo em ambos os casos.
75. Ao contrário dos vírus, os worms têm a capacidade de se propagar quando executados, enviando cópias completas de si mesmos para outros computadores. Eles necessitam se anexar a outros arquivos para infectar uma máquina e podem se mover entre hospedeiros. Uma vez que um worm se instala em um computador, não apenas pode realizar ações prejudiciais ao sistema, mas também procura meios de se autodisseminar.
76. Na frase "Quando se sentiu em dificuldade, pediu ajuda", o uso da próclise "se sentiu" é correto devido à presença do advérbio de tempo "quando", que atrai o pronome para antes do verbo.
77. Um firewall é um programa projetado para identificar softwares maliciosos, sendo os vírus os mais comuns, mas também incluindo spywares, ransomwares e outros. O firewall opera principalmente de forma preventiva, examinando arquivos e programas antes da execução. Se uma ameaça é detectada ou se um programa exibe comportamento suspeito, o antivírus impede sua execução e recomenda a isolamento ou exclusão imediata.
78. Uma das principais distinções entre o Windows e o Linux é a maneira como são licenciados. O Windows é um sistema operacional proprietário, o que implica que a Microsoft detém os direitos autorais do software e cobra uma taxa para seu uso.
79. Nos substantivos compostos formados por mais de um substantivo, como em "banana-prata", admite-se a flexão para o plural apenas do primeiro elemento.
80. Os vírus foram os primeiros a receber essa denominação devido ao seu comportamento nos computadores. Até hoje, eles permanecem como um dos tipos mais comuns de malware. Essas ameaças são programas que se propagam ao inserir cópias de si mesmos em outros softwares e arquivos. Os vírus são disseminados por meio de arquivos executáveis, e não precisam ser executados para infectar outros programas, funcionando de forma semelhante a um jogo de copos, onde um objeto é escondido entre outros objetos semelhantes.
81. O correio eletrônico, também conhecido como e-mail, é um dos serviços fundamentais disponíveis na Internet. Ele permite a troca de mensagens em formato eletrônico entre usuários da Internet. Os endereços de e-mail seguem convenções que, embora não sejam completamente uniformes e rigorosas, foram estabelecidas e modificadas ao longo do tempo. As estruturas mais comuns incluem o formato nome@local.pais ou nome@local.dominio. Alguns tipos básicos de domínios utilizados são: .com para organizações comerciais, .mil para endereços militares, .gov para instituições governamentais, .org para organizações filantrópicas, .edu para instituições educacionais e .net para serviços administrativos da própria rede.
82. A expressão "ambas as", que inclui o artigo definido "as", é utilizada corretamente para preceder substantivos plurais, como em "Ambas as teorias foram comprovadas".
83. Na frase "Ele sempre escolhe o difícil caminho da honestidade", o uso do artigo "o" antes de "difícil" transforma o adjetivo em um substantivo, demonstrando um processo de substantivação.
84. O Linux diferencia entre caracteres maiúsculos e minúsculos, ou seja, ele é case sensitive. Além disso, a extensão dos arquivos é opcional e definida pelo usuário, já que no Linux a extensão não determina o tipo de arquivo. O sistema de arquivos do Linux, como sua desvantagem, é que não permite restringir o acesso a arquivos e diretórios.
85. Na frase "Perguntei onde você estava e você não respondeu", a palavra "onde" é utilizada como um pronome relativo que se refere a um lugar.

86. Muitas vezes é preciso exportar arquivos para serem utilizados em outros aplicativos ou em uma versão diferente. Para isso, o arquivo deve ser gravado em um formato que não seja uma planilha do Calc (.ods), mas que seja compatível com outro software. É necessário abrir o menu Arquivo e escolha Salvar como; Clicar na caixa Tipo; Selecionar o formato de arquivo mais indicado.
87. Na frase "Ela respondeu à crítica sendo totalmente sincera.", o advérbio "totalmente" complementa o sentido do adjetivo "sincera". Como um advérbio de modo, "totalmente" indica o grau com que ela expressou sua sinceridade, enfatizando que sua resposta foi completamente sincera.
88. Na frase "Andam dizendo por aí que não mais voltarei, enganam-se por demais", o uso de "dizendo" é um exemplo de gerundismo.
89. A palavra "excessão" é escrita com "ss", pois possui a grafia parecida com sua palavra de origem "excesso".
90. Em um e-commerce, os cookies podem manter os itens selecionados no carrinho de compras. Em páginas web que requerem login e senha, os dados criptografados de acesso podem ser armazenados em um cookie, mantendo sua sessão ativa e prolongando a validade das credenciais de login. Essa funcionalidade proporciona uma experiência de navegação mais conveniente. Apesar da popularidade crescente, os cookies não possuem a capacidade de coletar informações sensíveis sobre os usuários de um site ou serviço específico. Para verificar se um site utiliza cookies, você pode seguir estes passos: no site em questão, pressione as teclas de atalho "Ctrl + Shift + I" (no Windows) ou "Cmd + Option + I" (no macOS) para acessar as ferramentas de desenvolvedor do navegador. Em seguida, navegue até a guia "Application" ou "Aplicativos" e expanda a seção "Cookies". Isso permitirá visualizar informações detalhadas sobre os cookies, incluindo nome, valor e data de expiração.
91. Na frase "Ganhamos duas casas cada um.", o uso do pronome indefinido "cada" está correto, pois está acompanhado de um numeral que determina o substantivo.
92. A palavra "coleccionador" é um exemplo de derivação sufixal, pois o sufixo "-dor" é acrescentado ao verbo "coleccionar", transformando-o em um substantivo que indica agente ou aquele que realiza a ação.
93. Na frase "Haviam muitas pessoas no evento ontem.", o uso do verbo "haver" no plural está correto, pois concorda com o número de pessoas presentes.
94. Na frase "Ora aceita as mudanças ora as rejeita, mas sem mudar de opinião.", as conjunções "ora... ora" são usadas para expressar uma sequência de ações opostas, tornando-as uma conjunção adversativa.
95. Uma planilha consiste no arquivo completo, contendo todas as suas abas ou folhas de cálculo. No Calc, são inicialmente abertas três folhas de cálculo, automaticamente nomeadas como Planilha 1, Planilha 2 e Planilha 3, o que pode causar alguma confusão em termos de terminologia. No entanto, você tem a liberdade de excluir ou adicionar novas folhas de cálculo conforme sua preferência. Além disso, é possível ocultar colunas ou linhas selecionadas, e os dados ocultos não serão exibidos durante a impressão. Vale ressaltar que no Calc não existe uma função para preencher automaticamente determinados dados com frequência, portanto, o usuário precisará digitá-los manualmente.
96. Na frase "A cerca de dez metros daqui, há um parque; e acerca de parques, este é um dos mais bonitos", a expressão "a cerca de" é usada para indicar distância, enquanto "acerca de" é usada para introduzir um assunto.
97. A principal função do navegador é facilitar o acesso à internet. Para atingir esse objetivo, ele interpreta a linguagem de programação HTML, utilizada na criação e desenvolvimento de sites. Quando você acessa um site, o navegador interpreta o HTML para exibir o conteúdo. Além disso, o navegador é capaz de processar outros tipos de informações, como arquivos em PDF e imagens.
98. Os buscadores, como Google, Bing e DuckDuckGo, são sistemas cruciais de informação na Internet contemporânea. Eles evoluíram significativamente desde sua introdução nos anos 90 e são agora uma parte essencial da experiência online. Um motor de busca consiste em dois componentes principais: o sistema de exploração, que rastreia e indexa documentos na web, e o sistema de recuperação de informação, que processa consultas de usuários e apresenta resultados relevantes. O rastreador, ou "crawler", busca e copia sites e documentos da web, armazenando-os em um índice de dados. Para manter a informação atualizada, os motores de busca repetem esse processo periodicamente e avaliam a importância de cada site. Quando alguém faz uma pesquisa, o motor de busca consulta seu índice e retorna resultados relevantes com base nas palavras-chave utilizadas na pesquisa.
99. No Word, há a ferramenta de AutoCorreção, que ajuda a corrigir automaticamente os chamados 'vícios de linguagem', quando alguém está habituado a escrever de forma que não segue a norma padrão da língua portuguesa. Ao ativar a função de 'Substituir abreviações', o Word automaticamente corrige o que foi pré-definido pelo usuário, como alterar "vc" para "você" e outras correções.
100. Além dos comandos normais de copiar, cortar e colar, o LibreOffice inclui um comando adicional que oferece várias opções de colagem. Essa funcionalidade permite, por exemplo, colar conteúdo de outro documento do LibreOffice Writer mantendo a formatação, colar integralmente uma cópia com a formatação correspondente de um documento HTML (inclusive hiperlinks), ou simplesmente colar sem qualquer formatação.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO